

**PROJETO DE LEI Nº 936, DE 2011**  
(Apenso o PL 3.649/12))

Altera dispositivo do art. 105 da Lei nº 9.503, de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para incluir equipamento obrigatório para os veículos que especifica.

**Autor:** Deputado **LEONARDO QUINTÃO**  
**Relator:** Deputado **LÚCIO VALE**

**VOTO EM SEPARADO DO DEPUTADO ZÉ SILVA - PDT/MG**

**I. RELATÓRIO**

O PL 936, de 2011, de autoria do nobre deputado Leonardo Quintão (PMDB-MG) visa alterar o art. 105 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, com o escopo de alterar a legislação brasileira de trânsito, para tornar obrigatório o uso de dispositivo limitador de velocidade em veículos de transporte escolar, de transporte de passageiros com mais de dez lugares e de transporte de carga com peso bruto total superior a quatro mil, quinhentos e trinta e seis quilogramas.

Na justificção, o autor argumenta que apesar de representarem apenas 5% da frota, os veículos de carga, os ônibus e micro-ônibus se

envolvem em um terço dos acidentes de trânsito nas rodovias, tendo como causa principal o excesso de velocidade. A instalação do limitador de velocidade nesses veículos poderia, segundo ele, contribuir para a redução do número de vítimas do trânsito.

Apensado ao projeto, encontra-se o PL 3.649/2012, de autoria do deputado Ângelo Agnolin (PDT-TO), o qual dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de limitador de velocidade em todos os veículos em circulação no Brasil. Para tanto, o autor do projeto define como limitador de velocidade dispositivo instalado em veículo automotor que permita ao seu condutor selecionar a velocidade máxima - circunscrita a 150 km por hora - para cada via em que transitar, de acordo com a regulamentação de trânsito, independente da potência do motor do veículo, com exceção dos veículos especificados em regulamento.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

## **II. VOTO**

Em seu parecer, o relator, deputado Lúcio Vale, manifesta-se pela aprovação do PL n. 936, de 2011(principal) e pela rejeição do PL apensado n. 3.649, de 2012.

A apresentação do presente Voto em Separado lastreia-se no argumento de que o projeto apensado não pode ser rejeitado, uma vez que também propõe uma forma eficiente e eficaz de controle de velocidade dos veículos automotores, o que evitaria, por conseguinte, que várias vidas

fossem ceifadas no trânsito em razão de acidentes provocados pelo abuso da velocidade em nossas estradas e perímetros urbanos.

Apesar de aparentemente justificada pela necessidade de desenvolvimento abrupto do veículo em certas situações de riscos, como em ultrapassagens, estou de acordo com a justificativa do projeto apensado quando afirma ser inadmissível que as fábricas continuem a colocar em circulação veículos automotores que atingem velocidades muito acima do máximo permitido em lei.

Dessa forma, é clara a ineficiência do Estado em permanecer inerte diante dessa questão, tendo em vista termos tecnologia disponível para solucionar esta situação - geradora de acidentes fatais no Brasil - sem descuidar da segurança pública, de um lado, e nem do conforto daqueles que gostam de investir em tecnologia aplicada aos veículos automotores.

Conforme argumenta o autor da proposição apensada, na Europa já é uma realidade de mercado a instalação - anda na fábrica - de equipamento limitador de velocidade, permitindo que, quando o carro ultrapassa certo limite, a alimentação de combustível do motor é reduzida para fazê-lo desacelerar. O dispositivo permite ao motorista selecionar a velocidade máxima para atender à regulamentação das vias, evitando o risco de multas.

Portanto, partindo do pressuposto de que, sem alterar a comodidade do motorista, pode-se evitar o excesso de velocidade por meio dessa tecnologia já à disposição no mercado, propomos que o limitador de velocidade passe a ser item obrigatório de segurança dos veículos automotores em circulação no Brasil, entendendo-se como tal, o dispositivo instalado em veículo automotor que permita ao seu condutor selecionar a

velocidade máxima para cada via que transitar, de acordo com a regulamentação de trânsito.

Diante do exposto, não restando dúvidas de que a proposta legislativa do nobre deputado de Tocantins também aprimora as normas de trânsito brasileiro conferindo mais segurança aos motoristas e pedestres. Portanto, voto pela aprovação do PL 936/2011, de autoria do deputado Leonardo Quintão, e do PL 3.649/2012, de autoria do deputado Ângelo Agnolin.

Sala das Comissões,            de novembro de 2012.

**Zé Silva**  
**Deputado federal**  
**PDT/MG**